

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente
Em 31 de dezembro de 2016



Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas	7
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	12

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9150
www.granthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Operação Lava-Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, no contexto dessas investigações, o ex-Diretor Presidente da Companhia, atualmente destituído do cargo, foi conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal do Brasil, tendo sido liberado imediatamente.

Na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas de forma comparativa, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 20 de abril de 2016, com ressalva sobre essas demonstrações contábeis em relação a investigações e medidas judiciais sobre o mesmo assunto tratado no parágrafo de ênfase acima.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

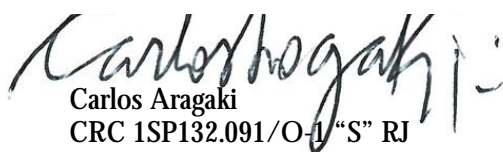
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2017.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Aragaki".

Carlos Aragaki
CRC 1SP132.091/O-1 "S" RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Balanco Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.573	45	3.296	1.214	Fornecedores (Nota 10)	79.851	146.476	80.013	146.559
Contas a receber (Nota 7)	75.247	72.558	83.416	70.707	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	61.460	165.478	67.209	175.617
Estoques	16.366	18.239	16.366	18.239	Salários e encargos sociais	30.597	29.989	30.597	30.420
Sociedades ligadas (Nota 21)	148.700	126.799	122.683	116.536	Parcelamentos (Nota 13)	17.700	1.487	17.700	1.487
Outros ativos	11.186	14.510	11.410	15.334	Concessão a pagar (Nota 11)	3.572	3.572	3.572	3.572
					Sociedades ligadas (Nota 21)	46.064		46.064	
					Outros passivos	17.903	18.245	18.037	18.942
	<u>254.072</u>	<u>232.151</u>	<u>237.171</u>	<u>222.030</u>		<u>257.147</u>	<u>365.247</u>	<u>263.192</u>	<u>376.597</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.10)	4.582	4.954	29.712	30.084					
	<u>258.654</u>	<u>237.105</u>	<u>266.883</u>	<u>252.114</u>	Não circulante				
Não Circulante					Fornecedores (Nota 10)		22.794		22.794
Contas a receber (Nota 7)	50.117	43.798	50.117	43.798	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.317.207	1.182.404	1.317.643	1.186.432
Tributos diferidos (Nota 14)	105.681	103.503	105.681	103.503	Parcelamentos (Nota 13)	26.316	4.602	26.316	4.602
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	14.525	16.426	14.535	16.426	Concessão a pagar (Nota 11)	22.017	22.789	22.017	22.789
					Provisão para contingências (Nota 16)	36.572	44.780	36.572	44.780
	<u>170.323</u>	<u>163.727</u>	<u>170.333</u>	<u>163.727</u>	Sociedades ligadas (Nota 21)	142.345	36.037	142.345	36.037
						<u>1.544.457</u>	<u>1.313.406</u>	<u>1.544.893</u>	<u>1.317.434</u>
Investimentos (Nota 8)	2.355	185			Patrimônio líquido				
Intangível (Nota 9)	1.544.819	1.423.311	1.545.416	1.423.865	Capital social integralizado (Nota 15)	359.300	359.300	359.300	359.300
	<u>1.717.497</u>	<u>1.587.223</u>	<u>1.715.749</u>	<u>1.587.592</u>	Reserva de capital	11	11	11	11
					Prejuízos acumulados	(184.764)	(213.636)	(184.764)	(213.636)
						<u>174.547</u>	<u>145.675</u>	<u>174.547</u>	<u>145.675</u>
Total do ativo	<u>1.976.151</u>	<u>1.824.328</u>	<u>1.982.632</u>	<u>1.839.706</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.976.151</u>	<u>1.824.328</u>	<u>1.982.632</u>	<u>1.839.706</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária de
Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações				
Receitas (Nota 17)	807.717	828.548	825.247	858.349
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(384.792)	(349.963)	(387.022)	(358.047)
Custo de construção	(186.586)	(267.291)	(186.738)	(276.104)
Lucro bruto	236.339	211.294	251.487	224.198
Despesas com vendas	(1.302)	(3.102)	(1.999)	(4.082)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(78.463)	(58.178)	(87.330)	(66.789)
Outras despesas, líquidas	(3.593)	(3.748)	(4.996)	(3.982)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	2.170	135		
Lucro operacional	155.151	146.401	157.162	149.345
Receitas financeiras (Nota 20)	19.832	25.075	20.243	25.308
Despesas financeiras (Nota 20)	(148.289)	(125.481)	(149.938)	(128.621)
Resultado financeiro	(128.457)	(100.406)	(129.695)	(103.313)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.694	45.995	27.467	46.032
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)				
Corrente			(773)	(37)
Diferidos	2.178	(22.468)	2.178	(22.468)
Lucro líquido do exercício	28.872	23.527	28.872	23.527
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	0,7613	0,6204		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária de
Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	28.872	23.527	28.872	23.527
Outros resultados abrangentes				
Total do resultado abrangente do exercício	<u>28.872</u>	<u>23.527</u>	<u>28.872</u>	<u>23.527</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 01 de janeiro de 2015	379.240	(19.940)	11	(237.163)	122.147
Lucro líquido do exercício				23.527	23.527
Em 31 de dezembro de 2015	379.240	(19.940)	11	(213.636)	145.675
Lucro líquido do exercício				28.872	28.872
Em 31 de dezembro de 2016	<u>379.240</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(184.764)</u>	<u>174.547</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais**

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.694	45.995	27.467	46.032
Ajustes				
Amortização	54.509	40.403	54.619	40.500
Despesas financeiras	128.457	100.406	129.695	103.313
Provisão (reversão) para contingências	11.290	(6.491)	11.290	(6.491)
Equivalência patrimonial	(2.170)	(135)		
Prejuízo na baixa de intangível	92	119	92	119
	192.178	134.302	195.696	137.441
Variação nos ativos e passivos				
Estoques	1.873	2.915	1.873	2.915
Contas a receber de clientes	(26.326)	(24.760)	(24.130)	(26.435)
Outros recebíveis	31.948	7.105	34.540	16.891
Fornecedores	(72.952)	53.044	(60.978)	63.043
Outras obrigações	(23.412)	(30.424)	(34.759)	(34.556)
	(88.869)	7.880	(83.454)	21.858
Caixa gerado pelas operações	130.003	188.177	139.709	205.331
Juros pagos	(117.969)	(124.433)	(122.142)	(127.083)
Impostos de renda e contribuição social pagos			(638)	(471)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	12.034	63.744	16.929	77.777
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(118.282)	(191.058)	(118.434)	(199.871)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(118.282)	(191.058)	(118.434)	(199.871)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	153.606	100.469	153.606	100.469
Pagamentos de empréstimos	(160.982)	(27.119)	(166.171)	(32.308)
Obtenção de recursos de sociedades ligadas (Nota 21 (ii e iv))	116.152	53.482	116.152	53.482
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	108.776	126.832	103.587	121.643
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	2.528	(482)	2.082	(451)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	45	527	1.214	1.665
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.573	45	3.296	1.214

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, sendo os principais pontos descritos a seguir:

Prazo de concessão - O contrato, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, fica, condicionado a investimentos, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048.

Reajuste de tarifas - As tarifas são reajustadas anualmente, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores, calculado no mês de novembro de cada ano.

A tarifa será objeto de revisão, ordinária ou extraordinária, independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos.

Reequilíbrio ordinário quinquenal do Contrato de Concessão - Em maio de 2015, em conformidade ao previsto no Contrato de Concessão na sua cláusula sétima, b, parágrafo 13, a Companhia ingressou na AGETRANSP com o 3º Pleito de Revisão Ordinária Quinquenal.

Em novembro de 2016, através da deliberação nº 873/2016, ratificada pela deliberação nº 893/2017, mantida pela Deliberação nº 893/2017 (publicada em fevereiro de 2017), a AGETRANSP reconheceu a existência de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, e homologou a recomposição da equação econômico-financeira do Contrato através de ajuste na tarifa.

Em 02 de fevereiro de 2017, através da deliberação AGETRANSP n.º 888 foi autorizado o reajuste da passagem para R\$ 4,20, tarifa esta que contempla o reequilíbrio ordinário quinquenal acima descrito e o reajuste ordinário anual, com base no IGP-M.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Preço da Concessão - O preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos quarenta milhões novecentos e noventa mil reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo nº VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

- O preço da outorga é pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos, tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos pagos ao Estado, serão realizados sem majoração da tarifa em vigor e nem serão considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - São considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - O Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias foram as estações de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 2015, Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 (dez) trens, que foram entregues pelo Estado em 2016. Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 (doze) trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, com previsão de entrega pelo Estado até o final de 2018.

Durante o ano de 2015 o Estado do Rio de Janeiro prorrogou sucessivamente o contrato para prestação de serviço de operação do Teleférico, o contrato foi encerrado em 07 de março de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$ 3.075 na controladora e R\$ 26.021 no consolidado (31 de dezembro de 2015 R\$ 133.096 e R\$ 154.567 respectivamente), para minimizar os efeitos do capital circulante líquido negativo a Companhia tem a expectativa de que o caixa gerado pelas operações do ano de 2017 seja suficiente para cobrir este capital circulante líquido negativo.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Ação Judicial – Desequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão

16ª Vara de Fazenda Pública – Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica bem como a instituição das chamadas “Bandeiras Tarifárias”. Tal aumento extraordinário na tarifa de energia desencadeou o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão por ser a energia elétrica um dos principais insumos na operação do sistema de transporte ferroviário. Em 28 de novembro de 2014, conforme disposto na cláusula sétima, B, parágrafo 13, do Contrato de Concessão, a Companhia ingressou junto a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro – (“AGETRANSP”) com pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão. Em junho de 2015, através da Deliberação 678/2015 a AGETRANSP reconheceu o direito da Companhia e recomendou que o Poder Concedente adotasse medidas compensatórias para reequilibrar a Companhia.

Atendendo à Deliberação da AGETRANSP, em 28 de dezembro de 2015 através da lei 7.173/2015 o Governo do Estado do Rio de Janeiro – (“ERJ”), assumiu junto à Concessionária de Energia Elétrica Light Serviços de Eletricidade S.A (“Light”) o montante da dívida da Companhia no valor da ordem de R\$ 39 milhões decorrente das faturas de energia elétrica pagas parcialmente, referente a parcela em desequilíbrio do Contrato de Concessão até o mês de novembro de 2015.

A continuidade do desequilíbrio do Contrato de Concessão, pós novembro de 2015, levou a Companhia a demandar novamente a AGETRANSP, que por sua vez, reconheceu a manutenção do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, e como consequência atestando o direito da Companhia ao reequilíbrio do Contrato.

Em 17 de novembro de 2016, dada a inércia do Poder Concedente na identificação de uma fonte de recursos para assegurar o reequilíbrio do Contrato de Concessão tal qual fez em 2015 para o período posterior a novembro de 2015 e, esgotadas as vias administrativas para a resolução do impasse, a Supervia decidiu por ingressar com ação na 16ª Vara de Fazenda Pública, através do processo 0394553-02.2016.8.19.0001, com o objetivo de demandar o ERJ quanto a solução para o reequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão, processo no qual a Light foi incluída no polo passivo da ação, cujo montante em desequilíbrio até a data base 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 54.520 reconhecidos nas Demonstrações Financeiras deduzindo a conta de fornecedores.

4ª Vara Empresarial – Em 19 de dezembro de 2016, a Light ingressou com pedido de falência contra a Companhia através do processo 0434451-22.2016.8.19.0001, alegando a insolvência da Companhia pelo não pagamento de parte das faturas de energia elétrica relativas ao segundo semestre de 2016, as quais já eram objeto de discussão no processo 0394553-02.2016.8.19.0001 que tramita na 16ª Vara de Fazenda acima descrito.

Operação Lava-Jato

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, que já foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF sendo que o Acordo ainda será submetido à homologação pelo juízo competente.

A Odebrecht S.A. se comprometeu a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos artigos 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia alterou a estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do Chief Compliance Officer (CCO), que responde diretamente para o Comitê de Conformidade. Este Comitê e o CCO da Odebrecht TransPort apoiam a Companhia na efetivação do Programa de Conformidade.

Adicionalmente, a Odebrecht TransPort (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (é signatária do Pacto pela Integridade do Instituto Ethos); (ii) aprovou a Nova Política sobre Conformidade com a Atuação Ética, Íntegra, e Transparente, a qual trata de temas como Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, Patrocínio e Doações, dentre outros, e está a implementando em todas as suas empresas controladas; (iii) realizou, em 2016, treinamento sobre a Nova Política de Conformidade, bem como elaborou plano anual de treinamentos para 2017 dos temas da nova política e instruções decorrentes.

Na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e à valor justo.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da SuperVia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) e da sua controlada integral SC Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.).

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

Nas demonstrações financeiras individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais, quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

A Companhia detém participação societária integral nas empresas Teleféricos do Rio de Janeiro S.A, e Hotel Central do Brasil S.A.. Tais empresas não são consideradas investimentos relevantes, pois possuem o capital social de R\$ 152 e R\$ 0,9, respectivamente, em contrapartida de caixa e, portanto, não fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes", "Sociedades ligadas", "Depósitos compulsórios e judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

A entidade deve mensurar o ativo ou o grupo de ativos não circulantes classificado como mantido para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.3 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Passivos financeiros

2.5.1 Reconhecimento inicial e mensuração Passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, concessões a pagar e sociedades ligadas. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.5.2 Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.3 Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.5.4 Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme variação do IPCA + 7,5%.

2.6 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da SuperVia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.7 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 16).

2.10 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2017. Uma vez classificados com bens disponíveis para venda, os ativos não são amortizados.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (ICPC 01) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, e são reconhecidos a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, em função da curva de demanda de passageiros. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante.

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, no qual a SuperVia promete entregar recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma,

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a SuperVia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

2.15 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor presente pela prestação dos serviços e é reconhecida na medida em que o serviço é prestado. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e sua controlada reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento, se aplicável subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(b) Receitas de construção

Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 17 (a)). A margem apurada para esta receita é próximo à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social corrente, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (Impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia através de sua controlada SC Empreendimentos e Participações S.A, mantém um contrato de Swap de taxa de juros, junto ao Banco ABC para o empréstimo para aquisição de imóvel. O valor nominal do swap é de R\$ 16.000. O valor garantido pelo banco é de 100% do CDI acrescido de 3,9% a.a., sendo o valor garantido pela Companhia equivalente a IGPM acrescido de 8,1%. As operações de swap possuem vencimento entre julho de 2014 e julho de 2017, conforme cronograma das parcelas do valor principal do empréstimo. O valor de mercado das operações em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 436.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação da TJLP, IPCA e CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outros passivos	168.049	15.196	7.598	
Concessão a pagar	3.572	4.411	6.616	11.762
Empréstimos e financiamentos	175.617	111.041	264.903	810.488
Parcelamentos	1.487	3.682	920	
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outros passivos	92.545			
Concessão a pagar	3.572	4.261	6.392	11.364
Empréstimos e financiamentos	67.209	179.226	299.474	838.943
Parcelamentos	17.700	26.316		

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em contas a pagar à fornecedores e adiantamento à fornecedores, tais valores são imateriais em relação aos saldos destas contas.

(i) Risco de crédito

Segundo avaliação da administração da Companhia, esse risco é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos com a SuperVia. Com relação aos demais recebíveis a administração considera baixo o risco de não liquidação.

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A Companhia está sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a covenants financeiros referente ao índice de cobertura serviço da dívida. O cálculo do mesmo pode ser sumariado:

$$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da Dívida (b)}}$$

- (a) EBITDA: Resultado operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de Principal + Pagamento de Juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	157.162	149.345
Amortização (ii)	<u>54.619</u>	<u>40.500</u>
EBITDA	<u>211.781</u>	<u>189.845</u>

Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social”.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.

Cálculo do Serviço da Dívida:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Amortização de Principal (i)	39.712	27.408
Amortização de Juros (ii)	<u>122.142</u>	<u>101.297</u>
Serviço da Dívida	<u>161.854</u>	<u>128.705</u>

(i) Excetua-se amortização de principal de dívidas originalmente de curto prazo renegociadas R\$ 166.170 subtraindo R\$ 126.458), (2015 – R\$ 32.308 subtraindo R\$ 4.900).

(ii) Excetua-se amortização de juros de dívidas originalmente de curto prazo renegociadas (2015 - R\$ 127.083 subtraindo R\$ 25.786).

Cálculo do ICSD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
EBITDA	211.781	189.845
Serviço da Dívida	<u>161.854</u>	<u>128.705</u>
ICSD	<u>1,3</u>	<u>1,5</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é apresentado da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Total dos empréstimos (Nota 12)	1.384.852	1.362.049
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(3.296)</u>	<u>(1.214)</u>
Dívida líquida	<u>1.381.556</u>	<u>1.360.835</u>
Total do patrimônio líquido	<u>174.547</u>	<u>145.675</u>
 Total do capital	 <u>1.556.103</u>	 <u>1.506.510</u>
 Índice de alavancagem financeira - %	 <u>89</u>	 <u>90</u>

A SuperVia mantém, contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. Os recursos da SuperVia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 122.683 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 116.536). Vide Nota 21.

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, derivativos ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	3.296	1.214
Contas a receber e outros ativos	144.943	129.839
Sociedades ligadas	<u>122.683</u>	<u>116.536</u>
	<u>270.922</u>	<u>247.589</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Outros passivos financeiros	
	2016	2015
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.384.852	1.362.049
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	123.639	214.656
Parcelamentos	44.016	6.089
Sociedades ligadas	188.409	36.037
	1.740.916	1.618.831

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	2.541	20	3.264	1.185
Fundo fixo	32	25	32	29
	2.573	45	3.296	1.214

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber bilheteria (a)	3.891	2.819	3.891	2.819
Outras contas a receber (b)	10.908	22.834	19.077	20.983
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c)	50.117	43.798	50.117	43.798
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	26.490	22.049	26.490	22.049
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	33.958	25.363	33.958	25.363
Provisão Devedores Duvidosos		(507)		(507)
	125.364	116.356	133.533	114.505
Menos				
Ativo circulante	(75.247)	(72.558)	(83.416)	(70.707)
Ativo não circulante	50.117	43.798	50.117	43.798

(a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da SuperVia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.

(b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da SuperVia, aluguel de espaço publicitário e aluguel de imobiliário.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005.

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	34.854	34.854	2.355	2.170
Em 31 de dezembro de 2016	1.000.000	99,99	34.854	34.854	2.355	2.170
Em 31 de dezembro de 2015	1.000.000	99,99	37.933	37.933	185	135

A SC Empreendimentos e Participações S.A. têm como objetivo a exploração de imóveis cedidos na concessão e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

Movimentação do investimento

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
01 de janeiro de 2015	50
Equivalência patrimonial	135
31 de dezembro de 2015	185
Equivalência patrimonial	2.170
31 de dezembro de 2016	2.355

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada:

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreendimentos Participações S.A.	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante		
Ativo	34.247	37.379
Passivo	<u>(32.064)</u>	<u>(33.720)</u>
	<u>2.184</u>	<u>3.659</u>
Não Circulante		
Ativo	607	554
Passivo	<u>(436)</u>	<u>(4.028)</u>
	<u>171</u>	<u>(3.474)</u>
Patrimônio Líquido	<u>2.355</u>	<u>185</u>

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita Líquida	17.530	29.802
Custos/Despesas Totais	<u>(13.350)</u>	<u>(26.723)</u>
	4.180	3.079
Resultado Financeiro	(1.237)	(2.907)
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(773)</u>	<u>(37)</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>2.170</u>	<u>135</u>

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	5.534	14.503
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(638)	(471)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>4.896</u>	<u>14.032</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(152)	(8.813)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de Empréstimos	(5.189)	(5.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(5.189)</u>	<u>(5.189)</u>
Aumento de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(445)</u>	<u>30</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>1.169</u>	<u>1.139</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u><u>724</u></u>	<u><u>1.169</u></u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Intangível - Consolidado

	Material rodante	Edificações	Marcas e patentes	Outorga da Concessão	Compensação financeira Estado RJ	Software	Equipamentos e instalações	Máquinas automáticas	Instalações fixas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Ferramentas	Total em operação	Intangível em construção	Intangível total	
Discriminação																
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015																
Saldo inicial	382.129	60.686	249	11.922	20.620	15.730	10.049	415	164.152	3.716	951	3.423	315	674.357	536.361	1.210.718
Aquisições	6.722	8.971								127		406	81	16.619	262.278	278.897
Transferências	24.834	189				154	2.993		28.156	2.277		145		58.748	(58.747)	
Amortização	(21.924)	(1.435)	(30)	(351)	(609)	(3.509)	(1.855)	(194)	(7.886)	(1.752)	(276)	(139)		(40.500)		(40.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	391.761	43.281	219	11.571	20.011	12.375	11.314	221	184.400	4.553	577	3.434	257	683.974	739.892	1.423.865
Custo total	559.021	52.805	716	25.865	23.107	22.266	18.981	17.797	355.066	15.752	1.663	7.392	793	1.101.224	739.892	1.841.115
Amortização acumulada	(167.260)	(9.524)	(497)	(14.294)	(3.096)	(9.891)	(7.667)	(17.576)	(170.666)	(11.199)	(1.086)	(3.958)	(536)	(417.250)		(417.250)
Saldo contábil líquido	391.761	43.281	219	11.571	20.011	12.375	11.314	221	184.400	4.553	577	3.434	257	683.974	739.892	1.423.865
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016																
Saldo inicial	391.761	43.281	219	11.571	20.011	12.375	11.314	221	184.400	4.553	577	3.434	257	683.974	739.892	1.423.866
Aquisições	4.029	58					339			151	180	154	154	5.065	171.197	176.282
Transferências	152.311	55.514				5	6.953	120	95.116	293		332	79	310.723	(310.723)	
Alienação/baixa											(92)			(92)		(92)
Amortização	(32.425)	(1.760)	(30)	(353)	(609)	(3.503)	(2.132)	(103)	(11.072)	(1.702)	(227)	(558)	(145)	(54.619)		(54.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	515.676	97.093	189	11.218	19.402	8.877	16.474	238	268.444	3.295	438	3.362	345	945.051	600.366	1.545.417
Custo total	715.361	108.377	716	25.865	23.107	22.271	26.273	17.917	450.182	16.196	1.751	7.878	1.026	1.416.920	600.366	2.017.285
Amortização acumulada	(199.685)	(11.284)	(527)	(14.647)	(3.705)	(13.394)	(9.799)	(17.679)	(181.738)	(12.901)	(1.313)	(4.516)	(681)	(471.869)		(471.869)
Saldo contábil líquido	515.676	97.093	189	11.218	19.402	8.877	16.474	238	268.444	3.295	438	3.362	345	945.051	600.366	1.545.416
Taxa de amortização %	curva de demanda	Até 2048	Até 2048	Até 2048	Até 2048	20%	10%	20%	curva de demanda	20%	20%	10%	20%			

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

O custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é considerado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros. A curva de demanda de passageiros é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e em 31 de dezembro de 2016 o saldo monta R\$ 11.218 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2016, o direito de outorga pago decorrente do oitavo e nono aditivos contratuais, monta a R\$1.385.405 por meio da realização de investimentos (Nota 1).

(c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia.

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048.

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores - Moeda Nacional (a)	74.305	162.017	74.467	162.100
Fornecedores - Moeda Estrangeira (b)	5.546	7.253	5.546	7.253
	79.851	169.270	80.013	169.353
Circulante	79.851	146.476	80.013	146.559
Não circulante		22.794		22.794

- (a) A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento à fornecedores em 60 dias, tendo como principais fornecedores as empresas Bombardier Transportation Brasil Ltda. e Light Serviços de Energia S.A. (Nota 13 (b)).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) A Companhia apresenta valores a pagar em moeda estrangeira ao fornecedor Bombardier European Investments, decorrente da aquisição de novo sistema de sinalização da via férrea.

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2016 foram pagas 158 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 25.589.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(14.647)	(14.294)
	<u>11.218</u>	<u>11.571</u>
Intangível (Nota 9)		
	<u>11.218</u>	<u>11.571</u>
Passivo		
Circulante	3.572	3.572
Não circulante	22.017	22.789
	<u>25.589</u>	<u>26.361</u>
Concessão a pagar	<u>25.589</u>	<u>26.361</u>

12 Empréstimos e financiamentos

		<u>Consolidado</u>	
	<u>Encargos financeiros anuais (%)</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
BNDES (a)	TJLP + 2,63 e pré 5,63	1.052.881	920.924
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,5	360.393	337.983
Outras instituições financeiras (c)	IGPM e CDI + 1,8 a 7,68	3.359	127.582
Banco ABC Brasil (d)	CDI+3,12	6.185	14.167
(-) Custo de transação (e)		(37.966)	(38.607)
		1.384.852	1.362.049
Circulante		(67.209)	(175.617)
Não Circulante		1.317.643	1.186.432

- (a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.066.203.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, o contrato será pago em 17 parcelas pagas semestralmente com a primeira parcela vencendo em novembro de 2018 e a última parcela em novembro de 2026.
- (c) Empréstimo contratado para pagamento de investimentos não financiáveis pelo BNDES contidos no plano de investimentos.
- (d) Empréstimo adquirido pela controlada SC para aquisição de imóvel localizado na cidade do Rio de Janeiro que será pago em 37 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em julho de 2014 e a última parcela com vencimento em julho de 2017. Em 31 de dezembro de 2016 restam 07 parcelas para liquidação do empréstimo.
- (e) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes Contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência Conta Reserva aberta junto ao Banco Depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos) ($ICSD < 1,2$) a Companhia deverá depositar na Conta Reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2016.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
2017		42.389
2018	79.328	68.653
2019	99.898	88.345
2020	99.861	88.305
2021	99.807	88.253
2022	99.806	88.252
2023 em diante	838.943	722.235
	<u>1.317.643</u>	<u>1.186.432</u>

13 Parcelamentos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cedae (a)	4.817	6.089
Light (b)	39.199	
Total	<u>44.016</u>	<u>6.089</u>
Circulante	17.700	1.487
Não circulante	26.316	4.602

- (a) Em 21 de junho de 2009, a SuperVia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV.
- (b) Em 06 de maio de 2016, a SuperVia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio do qual a SuperVia se compromete a pagar à Light a importância total de R\$ 48.661 dividida em 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal:		
Imposto de renda	117.855	103.245
Contribuição social	43.306	38.046
	<u>161.161</u>	<u>141.291</u>

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Amortização do intangível	157.584	104.475
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	5.594	6.667
Imposto de renda 25%	40.794	27.785
Contribuição social 9%	14.686	10.003
	<u>55.480</u>	<u>37.788</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 105.681 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 103.503).

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano	Consolidado	
	2016	2015
2017	3.368	1.181
2018	8.385	9.905
2019	13.405	18.476
2020	17.002	31.662
2021	21.359	21.855
2022	90.904	25.561
2023	2.492	28.498
2024	4.246	4.153
	161.161	141.291

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. A partir do exercício de 2013 a Companhia não reconheceu mais IR e CSL diferidos sobre prejuízos fiscais, este não reconhecimento foi mantido até o exercício de 2015. No exercício de 2016 a Companhia projetou cenário de lucros futuros iminentes para os próximos exercícios, o que ocasionou no reconhecimento da diferença de IR e CSL diferidos sobre prejuízos fiscais no montante de R\$ 23.693.

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.694	45.995	27.467	46.032
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	(9.076)	(15.638)	(9.339)	(15.651)
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Adições e exclusões permanentes	(2.555)	(1.898)	(2.725)	(1.877)
IR e CSL constituídos de anos anteriores	13.072		13.469	
Crédito tributário não reconhecido		(4.978)		(4.978)
Resultado de participações societárias	738	46		
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	2.178	(22.468)	1.405	(22.505)
Composição do IR e da CSL				
IR/CSL Lucro Real - Corrente			(773)	(37)
IR/CSL Lucro Real - Diferido	2.178	(22.468)	2.178	(22.468)
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	2.178	(22.468)	1.405	(22.505)

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.923 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

16 Provisões para contingências e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2016	2015	2016	2015
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	8.573	11.079	4.117	4.017
Reclamações cíveis (c) (ii)	5.962	5.347	32.455	39.020
FGTS (c) (iii)				1.743
	14.535	16.426	36.572	44.780

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	Cíveis	FGTS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.017	39.020	1.743	44.780
Adições	1.084	6.018		7.102
Pagamentos	(863)	(14.592)		(15.455)
Reversão líquida	(121)	2.009	(1.743)	145
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.117	32.455		36.572

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2016.

No exercício de 2015 a Companhia efetuou reversão de provisão do processo da Construcciones y Auxiliars de Ferro Carriles, S.A. (CAF) em função de decisão judicial, transitado em julgado, no montante de R\$ 16.947, que excluiu a atualização do débito em moeda estrangeira.

- (c) A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:
- i Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação.
 - iii Valor de FGTS relativos a recolhimento efetuado a menor conforme autos de infração números 100.068.375 e 100.064.434.
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 295.240 e R\$ 72.190 (2015 – R\$ 251.016 e R\$ 51.451), respectivamente.

17 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de construção (a)	186.586	267.291	186.738	276.104
Receita de operação				
Bilheteria	617.946	542.391	617.946	542.391
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais (Nota 7 (b))	1.351		21.453	24.795
Direito de passagem e outras receitas (b)	3.912	6.941	3.912	6.941
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	8.383	21.326	8.383	21.326
	631.592	570.658	651.694	595.453
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(10.461)	(9.401)	(13.185)	(13.208)
	807.717	828.548	825.247	858.349

- (a) Receita de construção refere-se a investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário, entretanto, a margem apurada para esta receita é próximo à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da SuperVia e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Salários e benefícios a empregados	157.247	143.411	157.257	143.417
Materiais	27.796	25.211	27.796	25.211
Energia elétrica	67.596	65.994	67.745	66.193
Segurança	28.334	30.943	29.189	34.707
Limpeza e higienização	14.509	16.926	14.951	19.283
Manutenção e conservação	13.767	9.441	13.767	9.441
Outros serviços prestados	13.326	12.203	13.326	12.203
Custos administrativos	12.480	9.918	13.253	11.676
Custos com amortização	49.737	35.916	49.737	35.916
Custos dos serviços prestados	384.792	349.963	387.022	358.047

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contingências (a)	11.290	(6.491)	11.290	(6.491)
Salários e benefícios a empregados	28.731	24.134	33.698	28.399
Honorários da administração	6.007	5.798	6.007	5.798
Consultoria	5.248	4.783	5.815	5.262
Assessoria jurídica	12.351	16.168	12.513	16.180
Fretes	2.657	1.584	2.744	1.590
Outras despesas	12.180	12.202	15.263	16.051
Despesas gerais e administrativas	78.464	58.178	87.330	66.789

- (a) No exercício de 2015 a Companhia efetuou reversão de provisão do processo da Construcciones y Auxiliars de Ferro Carriles, S.A. (CAF) em função de decisão judicial, transitado em julgado, no montante de R\$ 16.947, que excluiu a atualização do débito em moeda estrangeira.

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas financeiras				
Juros empréstimos bancários	(98.303)	(73.349)	(99.939)	(76.487)
Varição monetária concessão a pagar	(3.335)	(4.113)	(3.335)	(4.113)
Impostos sobre operações financeiras	(2.402)	(202)	(2.402)	(202)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(14.179)	(36.037)	(14.179)	(36.037)
Juros com empréstimos com partes relacionadas (Nota 21 (iv))	(15.894)		(15.894)	
Outras despesas financeiras	(14.177)	(11.780)	(14.189)	(11.782)
	<u>(148.290)</u>	<u>(125.481)</u>	<u>(149.938)</u>	<u>(128.621)</u>
Receita financeira				
Variações monetárias	3.502	8.876	3.605	8.876
Receita aplicação financeira	16.292	16.009	16.298	16.016
Outras receitas financeiras	38	190	340	416
	<u>19.832</u>	<u>25.075</u>	<u>20.243</u>	<u>25.308</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(128.458)</u>	<u>(100.406)</u>	<u>(129.695)</u>	<u>(103.313)</u>

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A.		FLOSPE Empreendimentos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outras contas a receber (i)			26.017	10.263		
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)					122.683	116.536
Remuneração por garantia (iii) (Nota 20)	50.216	36.037				
Contratação de mútuo (iv)	138.193					
Despesas financeiras (Nota 20)	30.073	36.037				

- (i) Refere-se a contrato de prestação de serviços via reembolso de despesas incorridas pela Companhia compartilhadas com a empresa controlada SC Empreendimentos e Participações S.A.
- (ii) A Companhia firmou em 2013 contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2016 montam a R\$ 122.683. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 216 (R\$ 195 em 2015) a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado (R\$ 2.592 em 2016 e R\$ 2.340 em 2015).

**SuperVia Concessionária
de Transporte Ferroviário S.A. e sua controlada**

**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2016**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) A Companhia firmou em 2015 contratos de remuneração de garantias prestadas com as Controladoras para suporte financeiro dos principais empréstimos contratados (Nota 12).
- (iv) A Companhia firmou em 2016 contrato de mútuo com a Controladora Odebrecht Mobilidade S.A no valor de R\$ 122.299 a ser pago em 36 meses com carência de 12 meses, a primeira parcela será paga em maio de 2017 e a última parcela será paga em abril de 2019, com encargos financeiros anuais de CDI + 5%.

22 Cobertura de seguros

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas
Responsabilidade civil	40.000
Risco Operação	100.000
Responsabilidade civil/diret./acionistas	30.000

* * *